



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO

Relatório de Controle Interno
Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – Exercício Financeiro de 2013

1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório de Controle Interno, que acompanha a Prestação de Contas Anual do Chefe do Ministério Público do Estado do Maranhão, é exigência das Instruções Normativas – TCE/MA nº. 012/2005 e nº. 026/2011, que dispõem sobre a forma de apresentação da prestação de contas anual, inclusive no tocante aos documentos necessários a sua composição.

Neste relatório é feita uma análise da regularidade da realização da receita e da despesa, da execução do orçamento e dos programas de trabalho e o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias, da Procuradoria-Geral de Justiça, no exercício financeiro de 2013, baseada nas demonstrações contábeis, relatórios constantes na prestação de contas e em dados do Sistema Informativo de Planejamento, Coordenação e Avaliação – SISPCA do Estado do Maranhão e do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM.

2. DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) E DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

A Lei Orçamentária Anual – **LEI Nº 9.756, de 15 de janeiro 2013** autorizou inicialmente para a Procuradoria-Geral de Justiça recursos na ordem de R\$ 216.991.460,00 e por abertura de crédito adicional alterou esse montante para R\$ 339.002.930,00 (trezentos e trinta e nove milhões, dois mil novecentos e trinta reais).

As aberturas de créditos adicionais à Procuradoria-Geral de Justiça, em conformidade com os artigos 40 a 46 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, tiveram como fonte de recurso a anulação de dotação orçamentária, conforme consta nos seguintes dispositivos legais:



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO

Relatório de Controle Interno
Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – Exercício Financeiro de 2013

ATO LEGAL	DATA DA PUBLICAÇÃO	VALOR	FONTE
DECRETO Nº 28.869	14/02/2013	47.100.000,00	Anulação parcial de dotação orçamentária
ATO Nº 202/2013-GPGJ	26/04/2013	3.000.000,00	Anulação parcial de dotação orçamentária
DECRETO Nº 29.069	16/05/2013	30.000.000,00	Anulação parcial de dotação orçamentária
DECRETO Nº 29.450	14/10/2013	6.000.000,00	Anulação parcial de dotação orçamentária
DECRETO Nº 29.501	31/10/2013	6.000.000,00	Anulação parcial de dotação orçamentária
ATO Nº 576/2013-GPGJ	01/11/2013	1.100.000,00	Anulação parcial de dotação orçamentária
DECRETO Nº 29.662	04/12/2013	18.000.000,00	Anulação parcial de dotação orçamentária
ATO Nº 818/2013-GPGJ	27/12/2013	34.000,00	Anulação parcial de dotação orçamentária
TOTAL		111.234.000,00	

Fonte: Diário Oficial do Estado apresentado no item 2.16.00 da prestação de contas.

Cabe ressaltar que as alterações orçamentárias por anulação de despesa do próprio Órgão estão em conformidade com o art. 37, § 1º, inciso II da Lei de Diretrizes Orçamentárias, LEI Nº 9.657, DE 17 DE JULHO DE 2012.

3. DAS DESPESAS

A despesa autorizada para a Procuradoria-Geral de Justiça, no exercício de 2013, foi desdobrada em categorias econômicas conforme quadro a seguir:

DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA	DESPESA AUTORIZADA
DESPESAS CORRENTES	312.997.615,00
DESPESAS DE CAPITAL	26.005.315,00
TOTAL	339.002.930,00

Fonte: Relatório de Despesa Segundo as Categorias Econômicas - Anexo2 apresentado no item 2.13.00 da prestação de contas.



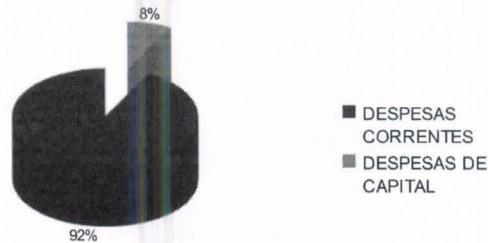
ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO

Relatório de Controle Interno

Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – Exercício Financeiro de 2013

Em termos percentuais, do orçamento autorizado fora fixado 92% para as despesas correntes e os 8% restantes para despesas de capital, conforme gráfico abaixo:

Despesa Autorizada por Categoria Econômica



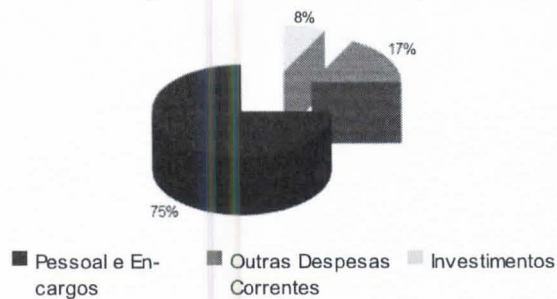
Por grupo de despesas, o orçamento autorizado foi assim desdobrado e executado:

GRUPO DE DESPESA	DESPESA AUTORIZADA	DESPESA EMPENHADA
PESSOAL E ENCARGOS	254.380.414,00	236.829.789,35
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	58.617.201,00	51.075.709,38
INVESTIMENTOS	26.005.315,00	18.308.700,72
TOTAL	339.002.930,00	306.214.199,45

Fonte: Relatório de Despesa Segundo as Categorias Econômicas - Anexo2 apresentado no item 2.13.00 da prestação de contas.

Em termos percentuais e por grupo de despesa, o orçamento foi assim autorizado e executado:

Desdobramento do Orçamento Autorizado por Grupo de Despesa



Execução do Orçamento por Grupo de Despesa



Desdobrando os grupos de despesas em elementos, a Procuradoria-Geral de Justiça teve sua despesa executada conforme apresentação a seguir.

GRUPOS DE DESPESA / ELEMENTOS	DESPESA EMPENHADA
PESSOAL E ENCARGOS	236.829.789,35
07 - CONTRIBUIÇÃO AO FEPA E AO FUNBEN	19.380.470,92
09 - SALARIO-FAMILIA	4.929,57
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	170.247.374,71
13 - OBRIGACOES PATRONAIS	3.786.458,98
16 - OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	10.107,96
91 - SENTENÇA JUDICIAL	11.642.940,83
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	23.400.779,19
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.847.934,89
94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	1.508.792,30
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	51.075.709,38
14 - DIARIAS - PESSOAL CIVIL	900.123,09
30 - MATERIAL DE CONSUMO	2.717.995,94
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	547.573,11
36 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.471.399,21
37 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	2.380.818,38
39 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	14.467.813,36
46 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	17.896.676,62
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	10.692.369,67
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	940,00
INVESTIMENTOS	18.308.700,72
51 - OBRAS E INSTALACOES	12.817.349,08
52 - MATERIAL PERMANENTE	5.487.006,64
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4.345,00
TOTAL	306.214.199,45

Fonte: Demonstrativo da Execução da Despesa apresentado no item 2.14.00 da prestação de contas.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO

Relatório de Controle Interno

Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – Exercício Financeiro de 2013

3.1 DAS DESPESAS POR ADIANTAMENTO DE RECURSOS

Do orçamento autorizado temos o montante de R\$ 440.625,41 (quatrocentos e quarenta mil seiscientos e vinte e cinco reais e quarenta e um centavos) referente a despesas realizadas por meio de adiantamento com base no Ato Regulamentar nº04/2013-GPGJ.

Desse montante, R\$ 32.925,00 (trinta e dois mil novecentos e vinte e cinco reais) estão registrados no Balanço Patrimonial em virtude da não apresentação da correspondente prestação de contas ou da apresentação de prestação de contas com pendências não sanadas até o final do exercício. Os responsáveis por tal montante estão abaixo discriminados.

RESPONSÁVEIS POR RECURSOS DE ADIANTAMENTO	VALOR
ROMERO LUCAS RANGEL PICCOLI	1.000,00
TÁCITO DE JESUS LOPES GARROS	3.000,00
JORGE LUÍS RIBEIRO DE ARAÚJO	3.000,00
EVELINE BARROS MALHEIROS	3.000,00
CLODOALDO NASCIMENTO ARAÚJO	2.000,00
LUÍS SAMARONE BATALHA CARVALHO	1.000,00
JÚLIO ANDERSON BORRALHO M SEGUNDO	1.000,00
JOAQUIM RIBEIRO SOARES JÚNIOR	6.000,00
WESKLEY PEREIRA DE MORAES	1.925,00
LAYS GABRIELLA PEDROSA SOUZA	2.000,00
RICARDO SANTANA PACHECO	3.000,00
CRISTIANE CARVALHO MELO	3.000,00
FÁBIO HENRIQUE MEIRELLES MENDES	3.000,00
GABRIEL SODRE GONCAVES	1.000,00
LICIA RAMOS CAVALCANTE	1.000,00
ALINE SILVA ALBUQUERQUE	1.000,00
TOTAL	35.925,00

Fonte: SIAFEM e Demonstrativo dos Adiantamentos concedidos apresentado no item 2.17.00 da prestação de contas.

Cabe informar que, dos diversos responsáveis acima listados, os senhores Tácito de Jesus Lopes Garros, Clodoaldo Nascimento Araújo, Júlio Anderson Borralho M Segundo e Gabriel Sodré Gonçalves ainda não tiveram suas prestações de contas

d



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO

Relatório de Controle Interno
Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – Exercício Financeiro de 2013

aprovadas, em 2014, mas já foram devidamente notificados a interpor recursos ou a devolver a quantia recebida a título de adiantamento.

O Ato Regulamentar nº 04/2013-GPGJ trouxe como inovação, em seu artigo 15, inciso I, a possibilidade de aquisição de material permanente, em casos excepcionais, devidamente reconhecidos e autorizados formalmente pelo Subprocurador Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, até o valor limite de cada despesa de pequeno vulto, estipulado pela Portaria nº 0417/2013-GPGJ em R\$ 400,00.

Do orçamento executado por meio de adiantamento, o valor de R\$ 1.711,80 refere-se a aquisições de material permanente, registrados na conta contábil 3.4.4.90.52.19 e especificados, conforme quadro a seguir:



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

**RELAÇÃO DE BENS PERMANENTES ADQUIRIDOS POR
ADIANTAMENTO – 2013**

DESCRIÇÃO	TOMBO	VALOR DO BEM	LEGISLAÇÃO DE REGÊNCIA
MOTOR BOMBA P/ ÁGUA	43286	R\$ 378,00	<u>LEI 8666/93 e Ato Regulamentar nº04/2013 GPGJ – (PA 5339AD/2012)</u>
TENSIÔMETRO	44266	R\$ 99,00	<u>LEI 8666/93 e Ato Regulamentar nº04/2013 GPGJ – (PA 571AD/2013)</u>
GRADE DE FERRO PARA JANELA	44267	R\$ 400,00	<u>LEI 8666/93 e Ato Regulamentar nº04/2013 GPGJ – (PA 503AD/2013)</u>
MOTOR BOMBA P/ ÁGUA	44268	R\$ 150,00	<u>LEI 8666/93 e Ato Regulamentar nº04/2013 GPGJ – (PA 1793AD/2013)</u>
CARRINHO PARA TRANSPORTAR PROCESSOS	45299	R\$ 144,90	<u>LEI 8666/93 e Ato Regulamentar nº04/2013 GPGJ – (PA 1630AD/2013)</u>
CARRO PLATAFORMA PUXADOR	45300	R\$ 219,90	<u>LEI 8666/93 e Ato Regulamentar nº04/2013 GPGJ – (PA 1630AD/2013)</u>
MOTOR BOMBA P/ ÁGUA	45301	R\$ 320,00	<u>LEI 8666/93 e Ato Regulamentar nº04/2013 GPGJ – (PA 1068AD/2013)</u>
TOTAL		R\$ 1.711,80	

Fonte: Coordenadoria de Administração



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO

Relatório de Controle Interno
Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – Exercício Financeiro de 2013

3.2 DAS DESPESAS COM PESSOAL

Conforme já demonstrado neste relatório, as despesas com pessoal e encargos sociais ao longo do exercício de 2013 totalizaram R\$ 236.829.789,35 (duzentos e trinta e seis milhões, oitocentos e vinte e nove mil setecentos e oitenta e nove reais e trinta e cinco centavos).

Após deduções legais, a despesa de pessoal líquida e seu correspondente percentual em relação à receita corrente líquida assim se apresentou nos três quadrimestres de 2013:

QUADRIMESTRE	DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	% DESPESA COM PESSOAL
1º	145.106.928,76	8.936.820.100,41	1,62
2º	154.524.235,97	9.135.661.711,61	1,69
3º	163.802.677,13	9.139.181.015,59	1,79

Fonte: Relatórios de Gestão Fiscal apresentados no item 2.35.00 da prestação de contas.

Verifica-se pela leitura do quadro acima o cumprimento do limite com despesa de pessoal estabelecido no art. 20, III, “b” e art. 59, §1º, II da Lei Complementar nº 101/2000.

Cabe informar que por erro nos valores relativos à inscrição de despesas em restos a pagar foi necessário a republicação dos Anexos V, VI, e VII do Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre, conforme documentos constantes no item 2.35.00 da prestação de contas.

4. DAS RECEITAS

Nota explicativa do Balanço Orçamentário esclarece que a Lei Orçamentária Anual, para o exercício de 2013, não contempla previsão de receita, apenas fixa despesas para o exercício, e que os valores relativos à previsão de receita são, na verdade, repetições dos valores fixados para a despesa.



Relatório de Controle Interno

Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – Exercício Financeiro de 2013

Quanto à execução da receita, também em nota explicativa, se esclarece que os valores que constituem a execução da receita são, na verdade, o total das Interferências Ativas constantes no Balanço Financeiro.

As Interferências Ativas constantes no Balanço Financeiro compõem-se de transferências financeiras recebidas do Tesouro Estadual e somaram R\$ 306.214.921,54 (trezentos e seis milhões, duzentos e quatorze mil novecentos e vinte e um reais e cinquenta e quatro centavos) no exercício financeiro de 2013.

No Balanço Orçamentário, onde por determinação do artigo 102, da Lei 4.320/64, são demonstradas as receitas e despesas previstas, foi também evidenciado um superávit orçamentário, no valor de R\$ 722,09 (setecentos e vinte e dois reais e nove centavos), decorrente da diferença positiva entre a receita realizada e a despesa executada, conforme apuração a seguir:

APURAÇÃO DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	
1. RECEITAS REALIZADAS	306.214.921,54
2. DESPESAS EXECUTADAS	306.214.199,45
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (1-2)	722,09

Fonte: Balanço Orçamentário apresentado no item 2.05.00 da prestação de contas.

5. DO PATRIMÔNIO

As variações ocorridas no patrimônio, resultantes e independentes da execução orçamentária, durante o exercício financeiro de 2013, estão demonstradas, por determinação da Lei 4.320/64, na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Fora evidenciado nessa peça contábil um resultado patrimonial de R\$ 16.630.933,40 (dezesseis milhões, seiscentos e trinta mil novecentos e trinta e três reais e quarenta centavos), resultante da diferença entre as variações ativas e as variações passivas ocorridas no período, assim apurado:



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO

Relatório de Controle Interno
Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – Exercício Financeiro de 2013

APURAÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	
1. VARIAÇÕES ATIVAS	332.584.086,47
INTERFERÊNCIAS ATIVAS ORÇAMENTÁRIAS	306.214.921,54
MUTAÇÕES ATIVAS	6.369.088,33
INTERFERÊNCIAS ATIVAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS	8.097.096,65
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	7.076.472,57
CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR	4.826.507,38
2. VARIAÇÕES PASSIVAS	315.953.153,07
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	306.214.199,45
INTERFERÊNCIAS ATIVAS PASSIVAS	6.739.390,73
DESINCONPORAÇÃO DE ATIVOS	2.999.562,89
3. RESULTADO PATRIMONIAL (1-2)	16.630.933,40

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais, dezem/13., apresentada no item 2.07.00 da prestação de contas.

Em se tratando de bens de capital, as aquisições e incorporações no exercício de 2013 somaram R\$ 18.833.393,95 (dezoito milhões, oitocentos e trinta e três mil trezentos e noventa e três reais e noventa e cinco centavos), assim discriminadas:

AQUISIÇÃO E INCORPORAÇÃO DE BENS DE CAPITAL	
BENS MÓVEIS	6.983.695,94
(+) AQUISIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE BENS MÓVEIS	1.118.546,52
(+) AQUISIÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIAS DE BENS MÓVEIS	955.076,72
(+) INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS ADQUIRIDOS PELO FEMPE	4.908.673,70
(+) INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS POR DOAÇÃO	1.399,00
BENS IMÓVEIS	11.849.697,11
(+) AQUISIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE BENS IMÓVEIS	2.941.466,19
(+) AQUISIÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIAS DE BENS IMÓVEIS	5.719.807,97
(+) INCORPORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS ADQUIRIDOS PELO FEMPE	3.188.422,95
TOTAL	18.833.393,05

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais (item 2.07.00 da prestação de contas), Balancete da Unidade Gestora, Inventário de Bens Imóveis (item 2.23.00 da prestação de contas), SIAGEM(Resumo do inventário físico-financeiro de bens móveis, item 2.24.00 da prestação de contas)

No exercício de 2013, os decréscimos patrimoniais totalizaram R\$ 442.536,57 (quatrocentos e quarenta e dois mil quinhentos e trinta e seis reais e cinquenta e sete



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO

Relatório de Controle Interno
Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – Exercício Financeiro de 2013

centavos) e foram decorrentes de doações, baixa por não existência e inservibilidade, conforme quadro a seguir:

DESINCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS	
DOAÇÕES	437.544,84
BAIXA POR NÃO EXISTÊNCIA	595,89
INSERVIBILIDADE	4.395,84
TOTAL	442.536,57

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais (item 2.07.00 da prestação de contas) e Relação de bens baixados, elaborado pela Coordenadoria de Administração (item 2.26.00 da prestação de contas).

Confrontando as aquisições, as incorporações e os decréscimos de bens de capital, esta foi a movimentação patrimonial no exercício de 2013:

MOVIMENTAÇÃO DE BENS DE CAPITAL	
SALDO EM 31/12/2012	49.484.203,19
BENS MÓVEIS	6.541.159,37
(+) AQUISIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE BENS MÓVEIS	1.118.546,52
(+) AQUISIÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIAS DE BENS MÓVEIS	955.076,72
(+) INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS ADQUIRIDOS PELO FEMPE	4.908.673,70
(+) INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS POR DOAÇÃO	1.399,00
(-) DESINCORPORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	442.536,57
BENS IMÓVEIS	11.849.697,11
(+) AQUISIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE BENS IMÓVEIS	2.941.466,19
(+) AQUISIÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIAS DE BENS IMÓVEIS	5.719.807,97
(+) INCORPORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS ADQUIRIDOS PELO FEMPE	3.188.422,95
SALDO EM 31/12/2013	67.875.059,67

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais (item 2.07.00 da prestação de contas), Balancete da Unidade Gestora, Inventário de Bens Imóveis (item 2.23.00 da prestação de contas), SIAGEM(Resumo do inventário físico-financeiro de bens móveis, item 2.24.00 da prestação de contas) e Relação de bens baixados, elaborado pela Coordenadoria de Administração (item 2.26.00 da prestação de contas).

Já no tocante aos bens de consumo, a Procuradoria-Geral de Justiça iniciou o exercício de 2013 com um estoque de R\$ 569.750,25 (quinhentos e sessenta e nove mil setecentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos) e encerrou com um saldo de R\$



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO

Relatório de Controle Interno

Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – Exercício Financeiro de 2013

709.953,43 (setecentos e nove mil novecentos e cinquenta e três reais e quarenta e três centavos), conforme movimentação a seguir:

MOVIMENTAÇÃO DE BENS DE CONSUMO	
SALDO EM 31.12.2012	569.750,25
(+) AQUISIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	2.309.075,62
(+) AQUISIÇÕES EXTRAORÇAMENTÁRIAS	367.263,88
(-) CONSUMO POR REQUISIÇÃO	2.425.746,55
(-) CONSUMO IMEDIATO	17.116,50
(-) ADQUIRIDOS COM ADIANTAMENTO	93.273,27
SALDO EM 31.12.2013	709.953,43

Fonte: Demonstração das Variações Patrimoniais, Balancete da Unidade Gestora e SIAGEM (Inventário Físico-Financeiro do Almoarifado, item 2.25.00 da prestação de contas).

Ainda, analisando a Demonstração das Variações Patrimoniais do período verifica-se cancelamento de restos a pagar no montante de R\$ 4.826.507,38 (quatro milhões, oitocentos e vinte e seis mil quinhentos e sete reais e trinta e oito centavos), resultante da diferença entre R\$ 12.836.031,39 (doze milhões, oitocentos e trinta e seis mil e trinta e um reais e trinta e nove centavos) inscritos no final de 2012 e R\$ 8.009.524,01 (oito milhões, nove mil quinhentos e vinte e quatro reais e um centavo) pagos no exercício de 2013.

Ao final do exercício financeiro a Procuradoria-Geral de Justiça apresentou, conforme Balanço Patrimonial, disponibilidade de caixa no montante de R\$ 22.328.281,59 (vinte e dois milhões, trezentos e vinte e oito mil duzentos e oitenta e um reais e cinquenta e nove centavos). Verifica-se assim o respaldo financeiro para inscrição de despesas em restos a pagar, uma vez que o valor dessas despesas somadas as dos depósitos de terceiros, registrados no passivo financeiro, totalizam R\$ 17.501.052,12 (dezessete milhões, quinhentos e um mil e cinquenta e dois reais e doze centavos).

Após inscrição de restos a pagar, temos um saldo de caixa de R\$ 4.827.229,47 (quatro milhões, oitocentos e vinte e sete mil duzentos e vinte e nove reais e quarenta e sete centavos), correspondente ao superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial, conforme demonstrativo a seguir:

Relatório de Controle Interno
Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – Exercício Financeiro de 2013

APURAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO	
1. ATIVO FINANCEIRO	22.328.281,59
2. PASSIVO FINANCEIRO	17.501.052,12
SUPERÁVIT FINANCEIRO (1-2)	4.827.229,47

Fonte: Balanço Patrimonial apresentado no item 2.08.00 da prestação de contas.

Cabe destacar ainda que temos sob nossa responsabilidade, além da garantia contratual dada em dinheiro, no valor de R\$ 27.721,20 (vinte e sete mil setecentos e vinte e um reais e vinte centavos), cartas fiança e seguros garantia no montante de R\$ 6.609.498,21 (seis milhões, seiscentos e nove mil quatrocentos e noventa e oito reais e vinte e um centavos).

6. DO FINANCEIRO

A Procuradoria-Geral de Justiça iniciou o exercício financeiro com disponibilidade de caixa de R\$ 19.612.304,28.

Durante o exercício, as entradas e saída de recursos se comportaram, conforme fluxo a seguir:

FLUXO FINANCEIRO	
DISPONIBILIDADE DE CAIXA em 31/12/2012	19.612.304,28
(+) ENTRADAS ORÇAMENTÁRIAS	306.214.921,54
(+) ENTRADAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS	1.504,49
(-) DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS PAGAS	288.751.533,98
(-) SUB – REPASSE CONCEDIDO	6.739.390,73
(-) DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS PAGAS	8.009.524,01
DISPONIBILIDADE DE CAIXA em 31/12/2013	22.328.281,59

Fonte: Balancete da Unidade Gestora, dezembro/2012 apresentado no item 2.11.00 da prestação de contas e Extratos Bancários apresentados no item 2.20.00 da prestação de contas.



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO

Relatório de Controle Interno
Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – Exercício Financeiro de 2013

As disponibilidades de caixa da Procuradoria-Geral de Justiça e os depósitos de terceiros, conforme quadro a seguir, foram depositados durante todo o exercício em rede bancária oficial, atendendo à determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Constituição Federal.

BANCO	AGÊNCIA	CONTA CORRENTE/POUPANÇA	SALDO SIAFEM EM 31.12.2013	SALDO BANCÁRIO EM 31.12.2013
BANCO DO BRASIL	38466	159427-3	22.241.651,80	22.535.451,75
BANCO DO BRASIL	38466	5229-9	58.908,59	63.578,53
BANCO DO BRASIL	38466	7395-4	27.721,20	27.721,20
TOTAL			22.328.281,59	22.626.751,48

Fonte: Balancete da Unidade Gestora, dezembro/2012 apresentado no item 2.11.00 da prestação de contas, Saldo das contas bancárias por conta corrente apresentado no item 2.12.00 da prestação de contas e Conciliações bancárias apresentadas no item 2.20.00 da prestação de contas.

7. DOS PROGRAMAS DE TRABALHO

O Plano Plurianual do Estado do Maranhão para o quadriênio 2012-2015, aprovado pela Lei nº 9.553 de 17 de janeiro de 2012, conforme demonstrado a seguir, contemplou a Procuradoria-Geral de Justiça, Unidade Gestora 070101, com 03 (três) programas de trabalho, executados por 06 (seis) ações, conforme apresentado a seguir.




ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO

Relatório de Controle Interno
 Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – Exercício Financeiro de 2013



PLANO PLURIANUAL 2012-2015

ACOMPANHAMENTO DAS METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS DO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO

EXERCÍCIO: 2013
 P.1
 26/03/2014 11:42:30
 ID: 1598

REGIÃO: TODAS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL/PROGRAMA/ÇÃO/FONTE	PRODUTO	UNIDADE	META FÍSICA			VALOR (R\$ L00)					
			PLANEJ.	EXECUT.	%	DOT. INICIAL	DOT. ATUAL (A)	EMPENHADO (B)	(% B/A)	LÍQUIDO (C)	(% C/A)
0337 - Gestão de Ações Essenciais à Justiça						197.976.947,00	303.976.947,00	276.164.348,52	90,9	254.025.895,87	83,6
2963 - Coefundação das Ações Essenciais à Justiça	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,0	182.371.632,00	279.371.632,00	256.509.701,44	91,8	250.468.612,00	89,7
0101 - recursos ordinários - tesouro						182.371.632,00	279.371.632,00	256.509.701,44	91,8	250.468.612,00	89,7
3037 - Construção da Sede Própria do Ministério Público	prédio construído e apurificado	unidade	1	0	0,0	14.605.315,00	23.605.315,00	18.992.465,95	80,5	2.921.945,74	12,4
MARCO: TODO O ESTADO E INTERREGIÕES: Trata-se da obra de construção do prédio sede da PGL, devendo ocorrer em mais de um exercício.											
0101 - recursos ordinários - tesouro						14.605.315,00	23.605.315,00	18.992.465,95	80,5	2.921.945,74	12,4
4426 - Desenvolvimento Instrucional	Pessoa capacitada	unidade	1.000	585	58,5	1.000.000,00	1.000.000,00	662.181,13	66,2	635.338,13	63,5
0101 - recursos ordinários - tesouro						1.000.000,00	1.000.000,00	662.181,13	66,2	635.338,13	63,5
0411 - Apoio Administrativo						22.194.755,00	23.394.755,00	23.166.929,90	99,0	23.166.929,90	99,0
0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,0	19.638.069,00	19.604.069,00	19.380.470,92	98,9	19.380.470,92	98,9
0101 - recursos ordinários - tesouro						19.638.069,00	19.604.069,00	19.380.470,92	98,9	19.380.470,92	98,9
0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,0	2.656.686,00	3.790.686,00	3.786.458,98	99,9	3.786.458,98	99,9
0101 - recursos ordinários - tesouro						2.656.686,00	3.790.686,00	3.786.458,98	99,9	3.786.458,98	99,9
0499 - Operação Especial						11.631.228,00	11.631.228,00	11.622.404,61	99,9	11.622.404,61	99,9
0904 - Ação de Indenização	Medido pela despesa	unidade	0	0	0,0	11.631.228,00	11.631.228,00	11.622.404,61	99,9	11.622.404,61	99,9
0101 - recursos ordinários - tesouro						11.631.228,00	11.631.228,00	11.622.404,61	99,9	11.622.404,61	99,9
TOTAL						231.902.930,00	339.002.930,00	310.953.682,03	91,7	288.815.230,38	85,2

NOTA: A OCORRÊNCIA DE NÚMEROS NEGATIVOS REFERE-SE A VALORES ANULADOS

Fonte: SISPCA



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO

Relatório de Controle Interno

Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – Exercício Financeiro de 2013

Da figura apresentada acima se verifica que a Procuradoria-Geral de Justiça, através da unidade gestora – 070101, executou 90,9% do orçamento autorizado.

Cabe ressaltar que a meta de 01 (uma) unidade planejada na ação 3037 - Construção da Sede Própria do Ministério Público não foi atingida por se tratar de obra a ser realizada em mais de um exercício financeiro, conforme informação dada no SISPCA. Embora não atingida a meta planejada consoante justificativa já citada na referida ação, foi empenhado, no exercício de 2013, 80,5% do montante fixado para a mesma.

8. DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO

Em atendimento à exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Transparência da Gestão Fiscal, foram elaborados e publicados na imprensa oficial os Relatórios de Gestão Fiscal dos três quadrimestres de 2013, bem como disponibilizadas no site do Ministério Público do Estado do Maranhão, no link www.mp.ma.gov.br/index.php/servicos/menu-portal-transparencia-apresentacao, para acesso de qualquer cidadão, as informações sobre realização de receitas e despesas, consultas de despesas por credor, além de consultas de pagamentos, empenhos e liquidações.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em atendimento às exigências das Instruções Normativas – TCE/MA nº. 012/2005 e nº. 026/2011, que dispõem sobre a forma de apresentação da prestação de contas anual do Chefe do Ministério Público do Estado, no que se refere à Procuradoria-Geral de Justiça, baseado nas demonstrações contábeis, relatórios constantes na prestação de contas e em dados do Sistema Informativo de Planejamento, Coordenação e Avaliação – SISPCA do Estado do Maranhão e do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, notadamente no que diz respeito à realização da receita e da despesa, da execução do orçamento e dos programas de trabalho e o cumprimento das



Relatório de Controle Interno
Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – Exercício Financeiro de 2013

metas previstas no plano plurianual e na lei de diretrizes orçamentárias, foi possível observar que:

1. As disponibilidades de caixa foram devidamente depositadas em rede bancária oficial, atendendo à determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Constituição Federal;
2. As alterações no orçamento observaram as disposições dos artigos 40 a 46 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, bem como do art. 37, § 1º, inciso II, Lei de Diretrizes Orçamentárias, LEI Nº 9.657, DE 17 DE JULHO DE 2012.
3. Os restos a pagar, inscritos ao final do exercício de 2013, possuem respaldo financeiro para sua cobertura no exercício de 2014, vez que somam R\$ 17.398.969,07 (dezessete milhões, trezentos e noventa e oito mil novecentos e sessenta e nove reais e sete centavos) e a disponibilidade de caixa antes de sua inscrição, deduzindo os depósitos de terceiros e consignações, é de R\$ 22.226.198,54 (vinte e dois milhões, duzentos e vinte e seis mil cento e noventa e oito reais e cinquenta e quatro centavos);
4. Foram registrados na conta “Diversos Responsáveis” os responsáveis por recursos de adiantamento que não prestaram contas ou que as apresentaram com pendências não sanadas até 31.12.2013. Desses, 04 (quatro) ainda não tiveram suas contas aprovadas em 2014, mas já foram devidamente notificados a interpor recursos ou a devolverem a quantia recebida a título de adiantamento.
5. A Procuradoria-Geral de Justiça, através da unidade gestora – 070101, executou 90,9% do orçamento autorizado;
6. Foi cumprido o limite com despesa de pessoal estabelecido no art. 20, III, “b” e art. 59, §1º, II da Lei Complementar nº 101/2000, vez que os percentuais da despesa com pessoal em relação à receita corrente líquida, foram de 1,62%, 1,69% e 1,79%, conforme Relatórios de Gestão Fiscal apresentados no item 2.35.00 da prestação de contas;
7. Em atendimento à exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal quanto à Transparência da Gestão Fiscal, foram elaborados e publicados na imprensa oficial



ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO

Relatório de Controle Interno

Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão – Exercício Financeiro de 2013

os Relatórios de Gestão Fiscal dos três quadrimestres de 2013, bem como disponibilizadas no site do Ministério Público do Estado do Maranhão, no link www.mp.ma.gov.br/index.php/servicos/menu-portal-transparencia-apresentacao para acesso de qualquer cidadão, as informações sobre realização de receitas e despesas, consultas de despesas por credor, além de consultas de pagamentos, empenhos e liquidações.

São Luís, 31 de março de 2014.

CARMEN LIGIA PAIXÃO VIANA

Assessor-Chefe de Controle Interno

